

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE ACORDO COM OS ANEXOS “A” E “B”.**

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Dispensa encontra fundamentação legal no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

3. JUSTIFICATIVA

A realização de licitações pela Administração Pública para contratação de obras, serviços, compras e alienações está preconizada na Constituição Federal, cujo art. 37, inciso XXI, assim determina.

A dispensa de licitação, porém, é exceção também prevista na Constituição Federal, no mesmo dispositivo, que contém a orientação de que serão ressalvados os casos especificados na legislação. O Constituinte de 1988, portanto, sabedor de que em algumas situações, por conveniência da Administração, a licitação deveria ser afastada, registrou a hipótese, transferindo à legislação ordinária a incumbência de relacionar as condições em que isso poderia acontecer.

A presente justificativa tem por objetivo esclarecer, pois, o alcance da exceção, mais especificamente da situação disposta pelo inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Esse inciso possui o seguinte teor, ou seja, admite a dispensa:

“XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;”.

Abandonando-se a parte que se refere a instituições dedicadas à recuperação de presos, questão muito específica, volta-se para as primeiras linhas do dispositivo, relativas à realização de pesquisa, ensino

e desenvolvimento institucional, sempre observada a reputação ético-profissional e a não finalidade de lucro, conforme ali mencionado.

Análise do marco legal

A exceção à regra geral de que se faça licitação tem por fundamento o fato de o processo licitatório muitas vezes conflitar com outros valores igualmente tutelados pela ordem jurídica ou pelo princípio da eficiência ou, ainda, pela conveniência de instituir mecanismos de incentivo a determinadas instituições que atendam às exigências legais.

Assim, no caso sob comento, há a possibilidade de se promover a licitação, mas o legislador reconheceu que sua dispensa traria melhor resultados. Leia-se trecho escrito por Diógenes Gasparini (in Boletim de Licitações e Contratos, maio/96, São Paulo: Ed. NDJ, p. 224), que reproduz outro respeitado autor, o que demonstra a solidez da afirmativa:

“As hipóteses de dispensa de licitação são situações em que a licitação é possível, viável, mas à Administração Pública por uma circunstância relevante não convém a sua realização, como ensina Adilson Abreu Dallari (Aspectos jurídicos da licitação, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992, p. 32)”.

O Superior Tribunal de Justiça exarou acórdão que caminha na mesma direção (MS 7465/DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 05/04/2004, p. 187), parte reproduzida a seguir:

“Da mesma forma, não prospera o raciocínio desenvolvido pela impetrante de que, havendo um universo de proponentes interessados na obtenção de outorga, impõe-se realização do prévio procedimento licitatório, sob pena de violação dos postulados constitucionais da igualdade, impessoalidade, moralidade, legalidade, probidade administrativa e razoabilidade. Ora, se por um lado é incontroverso que a abertura do procedimento formal de licitação depende da existência de uma pluralidade de alternativas, por outro, não se pode afirmar que essa circunstância teria, por si só, o efeito de inviabilizar a contratação direta nos casos em que sua adoção atende ao interesse público”.

Como se pode compreender, a dispensa de licitação não exige que haja um único interessado em atender à Administração. Esta pode, usando o poder discricionário que detém, contratar diretamente determinado fornecedor, mesmo que outros existam também em condições de prestar o serviço.

Cabe, em seguida, destrinchar o significado das diversas condições

contidas no referido inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Instituição brasileira

Acredita-se que não há dúvida a respeito do que significa a expressão destacada. Mesmo assim, traga-se à colação o entendimento de Carlos Pinto Coelho Motta (*Eficácia nas licitações e contratos*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1995, p. 130):

“Entendo que o conceito de *instituição brasileira*, no sentido que lhe dá a presente Lei, abrange toda e qualquer organização – pessoa jurídica – que se enquadre nos atributos ‘brasileira’ e ‘sem fins lucrativos’, e ainda seja detentora de um regimento ou estatuto que lhe atribua as finalidades mencionadas no inciso” (grifos do original).

A confirmação de que a entidade é uma instituição brasileira não exige grandes esforços, bastando, se for o caso, examinar os documentos de sua constituição, onde haverá certamente dados que afastarão qualquer dúvida.

Incumbência regimental ou estatutária

Aqui também não parece haver muita divergência, pelo menos em relação a pesquisa e ensino. Esses termos constantes do inciso XIII são de clareza meridiana e não há maior dificuldade em defini-los. A consulta ao regimento ou ao estatuto da entidade permitirá saber se está incumbida de promover essas ações.

O desafio está em entender o significado e a extensão da expressão “desenvolvimento institucional” e da legalidade da sua subsunção com o objeto do contrato. Assinala Marçal Justen Filho (*Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 8ª ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 255) ao abordar o já citado inciso que:

"O objeto social da instituição deverá abranger pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico. Esses conceitos deverão ser interpretados de modo amplo, o que não elimina uma delimitação segundo a concepção adotada e prevalecente no momento em que ocorrer a contratação. A quase totalidade dos vocábulos possui núcleos semânticos inquestionáveis. A maior dificuldade envolve o 'desenvolvimento institucional'."

Por que essa dificuldade? Porque “desenvolvimento institucional” pode ser entendido como tudo aquilo que, de alguma maneira, contribui para o aperfeiçoamento das instituições, para sua modernização, para torná-la mais ágil, mais eficaz e eficiente (neste caso, atendendo ao

princípio constitucional do art. 37) e mais respeitosa ao princípio da economicidade.

Em alentado parecer de setembro de 2007, cujo tema é a “Contratação de fundação por dispensa de licitação – aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº. 8.666/93”, Fernando José Gonçalves Acunha expõe bem a questão:

“Variadas correntes doutrinárias têm sido encontradas no sentido de se encontrar uma resposta ao problema, sendo que o apontamento geral indica que o desenvolvimento institucional tem sido entendido como **a prestação de um serviço que implique o progresso e a melhoria da instituição contratante, mediante uma atividade intelectual**. Assim, serviços que permitam a realização de tarefas de forma mais eficiente e econômica, que dotem de segurança a gestão pública, que permitam a prestação de serviços públicos de forma mais afeita às necessidades da população etc., desde que impliquem uma atividade intelectual, guardam consonância, em sentido lato, com a significação de desenvolvimento institucional” (destaques do original).

Em que pese ser matéria dirigida a situação específica, há no ordenamento jurídico pátrio definição legal para a expressão “desenvolvimento institucional”. A Lei nº 12.349, de 15/12/2010, que trata das relações entre instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as chamadas fundações de apoio, modificou o § 1º, do art. 1º, da Lei nº 8.958/94, que passou a ter a seguinte redação, conforme transcrição abaixo (*litteris*):

“§ 1º. Para os fins do que dispõe esta Lei, entendem-se por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFES e demais ICTs, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos”.

A analogia permite dizer que também para outras instituições públicas o “desenvolvimento institucional” está intimamente ligado à melhoria das suas condições, visando o cumprimento de sua missão institucional, esta determinada constitucionalmente ou em normas jurídicas inferiores.

Com efeito, os vocábulos em questão apontam para a conclusão de que promover melhorias em uma instituição, ou seja, aprimorar sua organização, de modo a que possa atuar eficientemente no meio social,

econômico, político, cultural e legal em que está inserida, com vistas sempre ao melhor atendimento de seus deveres institucionais, está coerente com o desenvolvimento institucional

O desenvolvimento institucional, portanto, diz respeito a tudo aquilo que a Administração faz para aperfeiçoar sua atuação, na qualidade de ente público que deve observar princípios constitucionais e doutrinários. Remete-se, a propósito do vínculo entre desenvolvimento institucional e determinações constitucionais, à contribuição de Jessé Torres Pereira Júnior (Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. 6ª ed. 2003. Rio de Janeiro: Renovar, p. 281 e seguintes), que se reproduz parcialmente:

“Infere-se que longo e sinuoso tem sido o caminho do amadurecimento hermenêutico do inciso XIII do art. 24 da Lei Geral de Licitações. Hoje, seria possível extrair-se do decisório do TCU que são requisitos de validade da contratação direta nele amparável, em síntese esquemática:

d) a expressão ‘desenvolvimento institucional’ compreender bem ou atividade sob a tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, com a qual não se compadecem serviços corriqueiramente encontrados no mercado”.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal também contribuiu para esclarecer o entendimento do conceito de “desenvolvimento institucional” em seu Enunciado nº 109, *verbis*:

“Na aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atendidos os demais requisitos que a norma indica, deve ser comprovada, especificamente, a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que ensejou a reputação ético-profissional, além de demonstrar que essa dispõe de estrutura adequada à suficiente prestação daquele, vedada a subcontratação.

Fundamentação:

Art. 24, XIII, da Lei de Licitações.

Item V da Decisão nº 1.080/02, no Processo nº 1.277/98. Tribunal de Contas da União.

Processos TC nºs 018.021/2000-0 e 009.802/1999-1 e Súmula nº 222/TCU.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003 Publicado no DODF de 20.05.2003, p. 14.

Enunciado nº 109, aprovado na Sessão Ordinária nº 3745, de 13 de maio de 2003, Processo nº 1428/2002”.

A transcrição permite concluir que a dispensa pode ocorrer se existir estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado, independentemente de se tratar de pesquisa, ensino ou desenvolvimento



institucional, e o objetivo social da instituição, ou seja, esta deve conter em seu regimento ou estatuto a referência a essas finalidades, devendo ainda demonstrar que possui estrutura adequada para a execução do contrato.

O Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP, em decisão recente, confirma ser legítima a contratação direta pelo Poder Público, com dispensa de licitação, de entidades privadas sem fins lucrativos e com reputação ilibada, que se dedicam ao desenvolvimento institucional. Na Apelação Cível com Revisão nº 918.036.5, houve o reconhecimento de contratação apoiada no já citado inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Fora pedida a anulação do contrato firmado por determinada Prefeitura para execução de serviços técnicos e especializados, versando sobre reforma administrativa, plano de carreira de servidores e previdência social municipal. O Ministério Público alegou que, existindo várias instituições capazes de executar o serviço, caberia a realização da licitação.

A defesa fez ver que se confundia o requisito da dispensa com o da inexigibilidade, hipótese em que é inviável a licitação, com fundamento no art. 25 da Lei n. 8.666/83.

Como a dispensa está vinculada à simples existência de autorização legal para a autoridade administrativa decidir discricionariamente pela contratação direta, ainda que possível materialmente realizar-se um certame, os argumentos do MP não se sustentariam, como de fato decidiu o Tribunal de São Paulo.

Mais uma vez, portanto, definiu-se que o fato de existirem outras entidades capazes de atender ao chamado da Administração não afasta a decisão de dispensar a licitação com apoio no inciso XIII já amplamente citado. O legislador não teve, ao expedir a lei, a intenção de condicionar a dispensa neste caso à inexistência de competidores, característica que respeita à inexigibilidade, instrumento que não se pode confundir com a dispensa, especialmente quando respaldada pelo referido inciso.

As ações de desenvolvimento institucional podem estar orientadas, por exemplo, para a ampliação e qualificação dos recursos humanos, promovendo o consequente aprimoramento da gestão institucional; a ampliação de sua sustentabilidade financeira, especialmente por meio da melhor gestão de seus recursos; a modernização da legislação básica, o que irá permitir à Administração e aos legislados aplicar e cumprir normas adequadas às diversas situações típicas da área pública.

Outras atividades que se enquadram no conceito de desenvolvimento institucional são a elaboração e execução de planejamento estratégico,

planos de comunicação e captação, procedimentos de monitoramento e avaliação dos programas e projetos e todo planejamento da área administrativa, financeira e de gestão.

Vale conferir trecho do voto condutor da Representação nº 001.041/2000-830/2000 do Plenário do TCU, publicada na Ata nº 30, de 02 de agosto de 2000:

“... tendo-se entendido que, tanto Marçal Justen Filho, quanto Jorge Ulisses Jacoby, associam a expressão ‘desenvolvimento institucional’ a alguma forma de desenvolvimento social, ou seja, opera desenvolvimento institucional a entidade que contribui para o aperfeiçoamento da sociedade. Como já discutido no subitem 6.2.5 desta instrução, o conceito de desenvolvimento institucional ‘...não pode significar, simplesmente, ao menos no contexto do inciso XIII, melhoria ou aperfeiçoamento das organizações públicas’. Os autores citados, em que pese às variações de abrangência admitidas, associam a expressão a alguma forma de ação social que tenha sido constitucionalmente especificada como de interesse do Estado”. (grifos nossos)

É fato que quando a Administração Pública se aperfeiçoa, se desenvolve institucionalmente, há um reflexo para a sociedade, que passa a contar com melhores serviços, com atendimento qualificado por parte dos servidores, com melhoria na oferta de ações, por exemplo, na área da saúde, da educação, dos serviços urbanos, entre outros. Afinal de contas, os serviços de competência pública são voltados para a sociedade, para o cumprimento de obrigações constitucionais e legais que têm por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade.

Alguns exemplos de trabalhos comumente contratados pela Administração Pública merecem ser mencionados para demonstrar sua ligação incontestável com o desenvolvimento institucional.

O Tribunal de Contas da União, em outro julgamento recente, trouxe luzes para a fiel interpretação do dispositivo legal que se examina, no que tange ao significado e abrangência da expressão “desenvolvimento institucional”. Trata-se do Acórdão 1111/2010 – Plenário, votado na Sessão de 19/05/2010 e publicado no Diário Oficial da União em 01/06/2010.

Alguns dos argumentos que conduziram a decisão são extraídos de voto, em outro processo, do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. Transcrevem-se a seguir alguns trechos do voto indicado (*verbis*):

"De modo geral, as atividades relacionadas à promoção de



concurso público têm pertinência com o desenvolvimento institucional da contratante. Essa afirmação apoia-se no entendimento de que a política de recursos humanos da Administração Pública inicia-se com a seleção, mediante concurso público, de pessoal para provimento dos seus cargos vagos. E o desenvolvimento institucional da Administração depende, dentre outros fatores, da qualificação do pessoal selecionado, que deve atender, desde o princípio, às necessidades da Administração contratante. Portanto, não há como dissociar o desenvolvimento institucional do objeto realização de concurso público.

/.../

Nesse contexto, vale lembrar que os últimos concursos públicos, inclusive o deste ano, para provimento dos cargos de Analista de Controle Externo da Carreira de Especialista do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para não mencionar exemplos de outros órgãos, têm sido realizados mediante a contratação direta da Fundação Universidade de Brasília - FUB, por meio do seu Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE, e da Escola de Administração Fazendária - ESAF com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993, porquanto, segundo os pareceres emitidos pela Consultoria Jurídica deste TCU para cada contratação direta, os requisitos constantes do citado dispositivo legal foram observados, restando demonstrada a correlação entre o objeto contratado e o desenvolvimento institucional deste Tribunal. E de fato somos todos testemunhas de que a política institucional do TCU na seleção de pessoal, mediante concurso público promovido pela FUB ou ESAF, tem resultado na alta qualificação dos servidores desta Casa, os quais têm contribuído, juntamente com outras políticas internas voltadas nesse sentido, para permanente e crescente desenvolvimento institucional desta Casa.

/.../

Importa também esclarecer, desde logo, que não há plausibilidade em eventual argumento de que havendo mais de uma fundação apta a promover concurso público deve-se, então, promover a licitação.

/.../

A lei autoriza a dispensa de licitação mesmo que viável seja a competição. Os critérios que embasam as hipóteses do art. 24 não levam em conta a competitividade. Concernem a circunstâncias peculiares que condicionam e aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos legais. É o caso do inciso XIII do art. 24.

/.../

Não obstante, impõe-se reconhecer que a interpretação do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993 não suporta toda e



qualquer contratação direta de instituição para realização de concurso público, mas apenas de instituições que atendam aos requisitos constantes do próprio texto legal, ou seja: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional, ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional.

/.../

No caso específico de concurso público, para traçar a correlação do objeto contratado com o desenvolvimento institucional, a administração pública contratante deve demonstrar de forma inequívoca a essencialidade do preenchimento dos cargos para o seu desenvolvimento institucional. Nesse sentido, há de constar do próprio plano estratégico, ou de instrumento congênere, da administração pública contratante essa demonstração que deve ser estipulada com base em critérios objetivos capazes de revelar a contribuição direta das atividades inerentes aos cargos objetos do concurso público que se pretende realizar no desenvolvimento da organização".

Cabe acrescentar que a realização de concursos públicos, além de exigência constitucional para ingresso nos quadros da Administração, representa a prática democrática, o tratamento igualitário, a transparência, o uso de critérios técnicos, afastando influências políticas ou clientelísticas que mancham o trato da coisa pública.

Voltando à questão do desenvolvimento institucional, raciocínio semelhante ao antes feito pode ser aplicado a projetos que versam sobre plano de cargos e carreiras, estatuto dos servidores em geral e do magistério em particular e outros que têm por finalidade *institucionalizar* o relacionamento com o pessoal que integra o quadro público, bem como proporcionar aos cidadãos melhores condições de vida.

Portanto, projetos que buscam apresentar soluções ao gestor público para se organizar, legislar e atuar nas áreas mencionadas enquadram-se, sem margem a dúvida, no conceito de desenvolvimento institucional, na medida em que um serviço público eficiente contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento sócio-econômico municipal.

Inquestionável reputação ético-profissional

Vai-se, de início, procurar demonstrar que a tentativa, feita por uma minoria, de equiparar “reputação ético-profissional” à “notória especialização” viola princípio basilar de hermenêutica segundo o qual não há na lei palavras inúteis ou desnecessárias. Assim, ao empregar a expressão “reputação ético-profissional” no inciso XIII do art. 24 da Lei de Licitações, o legislador não quis se referir à “notória especialização” constante do inciso II do art. 25, senão teria utilizado esta última



expressão.

Observe-se, ainda, ser possível encontrar no mercado várias empresas ou profissionais detentores de notória especialização, mas de questionável ou nenhuma reputação ético-profissional.

Anote-se o que afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (*Contratação direta sem licitação*. 6ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 498/499):

“Por ora basta salientar que pode uma instituição ser detentora da primeira adjetivação [inquestionável reputação ético-profissional] sem possuir qualquer notoriedade em qualquer especialidade. Aliás, não raro pululam instituições probas, sérias, que vêm levando a cabo, nos mais estritos limites da ética profissional, o seu mister na sua área de desenvolvimento, seja no ensino ou outro ramo. Em tese, pelo menos, seria também possível encontrar um notório especialista a quem faltasse a inquestionável reputação ético-profissional, mas cujo conceito no ramo de atividades fosse de tal ordem capaz de credenciá-lo a um mister, onde, por exemplo, para prestigiar antiga parêmia, os ‘fins justificassem os meios’ ”.

Sobre o mesmo tema, o Ministro Benjamim Zymler, do Tribunal de Contas da União, diz o seguinte (*Direito administrativo e controle*. 2ª tir. Belo Horizonte: Fórum, 2006, p. 133):

“A contratada deve ter inquestionável reputação ético-profissional. O aspecto ‘ético’ refere-se à *credibilidade da entidade no mercado*. Algo semelhante à ‘reputação ilibada’ da pessoa física. O aspecto profissional refere-se à capacidade para executar o objeto”.

A avaliação da reputação ético-profissional, nessa linha, segue duas espécies de análise. Na primeira, examina-se o nome, a imagem da instituição, enfim, elementos que comprovem que a entidade goza de boa fama junto à sociedade. Na segunda, pesam-se os elementos profissionais da entidade, por meio dos quais se pode conhecer sua capacidade de executar o objeto contratado. Nada, contudo, que aproxime a “inquestionável reputação ético-profissional” do inciso XIII do art. 24 da Lei nº. 8.666/93 da “notória especialização” mencionada no art. 25, inciso II, da mesma lei.

Em suma, equiparar “inquestionável reputação ético-profissional” com “notória especialização” é misturar alhos com bugalhos em mais uma tentativa de ignorar a vontade da lei em elencar a hipótese do inciso XIII do art. 24 como dispensa de licitação, e não como inexigibilidade.

Inexistência de fins lucrativos

Esta exigência também não provoca grande esforço para comprovação da condição da entidade. A leitura de seu regimento ou estatuto indicará a existência ou não de fins lucrativos.

Cabe relembrar que entidade sem fins lucrativos, a teor do que dispõem os arts. 53 e seguintes do Código Civil, é aquela que não tem fins econômicos, ou seja, não distribui qualquer lucro ou participação entre seus associados, o que não significa dizer que está impedida de obter resultados positivos em seus balanços. Se os houver, estará compelida a reaplicá-los na realização, manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, como, aliás, também preconiza o Código Tributário Nacional - CTN ao dispor sobre a observância de requisitos pelos contribuintes beneficiados pela imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

O art. 14 do CTN enumera, entre outros, o requisito impeditivo de distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado. Em outras palavras, se a entidade obtém resultado positivo em suas contas, terá de reaplicá-lo em suas finalidades regimentais ou estatutárias, o que não desvirtua sua conceituação de entidade sem fins lucrativos.

Repete-se que essa situação pode ser comprovada pelo exame do regimento ou do estatuto da entidade ou, ainda, mediante análise da escrituração de suas receitas e despesas, formalidade que também está compelida a manter.

A FUNDATEC e a dispensa de licitação

Esta parte da presente justificativa busca demonstrar as razões pelas quais a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências-FUNDATEC pode ser contratado diretamente, com dispensa de licitação, conforme autorizado pelo inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (conhecida pela denominação de Estatuto das Licitações e dos Contratos Administrativos).

A Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências-FUNDATEC é uma instituição privada de utilidade pública sem fins lucrativos. Instituída por um grupo de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em vinte e dois de novembro de mil novecentos e setenta e três.

Realiza ações de interface na aplicação do conhecimento e da tecnologia. Inovadora, a FUNDATEC foi pioneira na difusão dos conceitos de gestão, qualidade e produtividade, tendo o motor das ações internas e de relacionamento sustentando nos valores QVC que conferem qualidade



superior em seus processos e serviços, compromisso com o prometido e velocidade nas ações e respostas.

Constitui, dentre outros, objetivo básico da Fundação o ensino, a graduação a pós-graduação, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento institucional, a pesquisa e serviços através da articulação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras visando a forma de colaboração, contratos ou convênios, para a execução de programas e atividades de formação e aperfeiçoamento.

Esses termos contratuais têm sido celebrados com dispensa de licitação, com fundamento no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Conforme se observa de sua redação, quis o legislador, ao prever tal hipótese de dispensa, buscar mecanismo de incentivo às instituições nacionais, sem fins lucrativos, que tenham por objeto a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional.

Já se mencionou, em páginas precedentes, que a dispensa de licitação, para que possa ocorrer, deve ser precedida da confirmação de que a entidade a ser contratada atende a todos os requisitos inscritos no pré-citado dispositivo, vale repetir, seja brasileira, seu estatuto ou regimento prevejam os fins ali mencionados, seja reputada como de comportamento ético-profissional inquestionável e, conjuntamente, não persiga fins lucrativos.

Tarefa que se impõe, portanto, é a de cotejar os requisitos impostos pela norma legal com as características da FUNDATEC, para que se possa atestar a aplicabilidade do dispositivo ao caso concreto.

No que respeita à condição de instituição brasileira, não há muito a acrescentar. O Estatuto da FUNDATEC, elaborado e mantido sob as normas do Código Civil, afasta qualquer indagação.

A FUNDATEC, conforme se depreende de seu Estatuto, além de se enquadrar nos referidos atributos, tem por finalidade precípua **promover o desenvolvimento institucional**, objetivando uma sociedade democrática e a valorização da cidadania.

Conforme já assinalado, os termos “pesquisa” e “ensino” utilizados pelo dispositivo sob comento são de clareza meridiana e não há maiores dificuldades em defini-los. O grande desafio, como dito em páginas anteriores, está em entender qual o significado e extensão do termo “desenvolvimento institucional” e da legalidade da sua subsunção com o objeto do contrato.

Cabe lembrar que a expressão, inserida em seu Estatuto, reflete o âmbito de sua atuação junto à Administração Pública, ou seja, em tudo que tenha por finalidade promover a ação da Administração para



atingir seus objetivos institucionais, firmados na Constituição e nas leis.

Assinale-se, a propósito, que, em vários projetos financiados por organismos internacionais no Brasil (ONU, BID, BIRD etc.), ações para o desenvolvimento de informações gerenciais, modernização e ajustes de processos gerenciais e administrativos e treinamento de pessoal são usualmente reunidas em rubrica ou componente denominado “fortalecimento ou desenvolvimento institucional”.

De igual forma, diversos programas executados pela União, Governos Estaduais e pelo BNDES adotam o termo “desenvolvimento institucional” associado à ideia de agregar qualidade a uma política pública. Quando se age no sentido de melhorar os trâmites burocráticos, por meio, por exemplo, de redesenho de processos, está-se contribuindo para o desenvolvimento institucional da entidade, que irá tornar-se mais ágil e, portanto, resolver em menor tempo as questões demandadas.

A atuação da FUNDATEC ao longo dos anos desdobra-se em atividades voltadas para a qualidade e segurança necessárias ao sucesso do planejamento e execução de concursos e processos seletivos. É a primeira executora gaúcha certificada pela Norma ISO 9001 e possui os mais qualificados profissionais para a realização de todas as etapas de um concurso. A Fundatec já responde pela realização de mais de 500 concursos e processos seletivos nas esferas pública e privada.

A FUNDATEC possui conhecimento acumulado em todos esses anos de esforço contínuo, hoje apoiado por estrutura eficiente, contando com corpo técnico multidisciplinar em que se encontram numerosos profissionais, que já realizaram centenas de concursos e processos seletivos públicos e privados.

Essa qualidade não é encontrável em qualquer instituição, nem pode ser oferecida por qualquer profissional, portanto, não têm como executar trabalhos que devem estar apoiados em dois vértices, o do conhecimento específico da área e o do conhecimento do setor público, com suas especificidades legais e administrativas, procedimento que proporcionou ao Instituto a obtenção da **inquestionável reputação ético-profissional** que a lei exige.

Como se demonstrou, a FUNDATEC satisfaz plenamente às condições ditadas pela Lei nº 8.666/93 para ser contratado com **dispensa de licitação**.

4. JUSTIFICATIVA DO VALOR

Foram coletados orçamentos com entidades da área, sendo um junto à FEPESE, outro junto à FUNDATEC e, por derradeiro, junto à UNOESC, bem como com demais 5 entidades as quais não nos encaminharam retorno sobre os orçamentos, sendo elas: ACAFE, UFFS, COVEST/UDESC, UNOCHAPECO, AOCP, conforme segue nos autos do processo.

O orçamento de menor valor foi ofertado pela FUNDATEC, no valor de **R\$ 65.186,00** (Sessenta e Cinco Mil Cento e Oitenta e Seis Reais), sendo que ainda após análise efetuada pelo Município foi retirado um dos cargos que não seria possível incluir no processo seletivo, motivo pelo qual após solicitação, a proposta da empresa foi ajustada para **R\$ 63.884,00** (Sessenta e três Mil oitocentos e Oitenta e Quatro Reais), sendo este o último valor ofertado, conforme segue comprovações nos autos do processo.

Visando identificar se os preços ofertados estão em aptidão aos praticados no mercado, requisitou-se a FUNDATEC o encaminhamento de contratos de serviços prestados a outros entes públicos. Dá análise dos referidos contratos, foi constatado a consonância da proposta aos valores atuais aplicados no mercado.

Analizada a proposta de menor valor, atesta-se que a mesma é compatível com os valores praticados atualmente no mercado.

Ademais, outro fato que motivou a contratação da FUNDATEC é a sua vasta experiência, acumulada em seus anos de existência dedicados à realização de concursos e processos seletivos públicos, avaliações de sistemas e programas, bem como pesquisas na área educacional e geral, além da experiência, os requisitos de segurança e qualidade são a marca dos trabalhos de seleção e avaliação realizados. A garantia de execução de serviços de elevada qualidade é assegurada por um corpo técnico especializado, instalações próprias adequadas, computadores de última geração, e metodologia de trabalho atestada pelas entidades que já se utilizaram de seus trabalhos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados em até 90 dias, a contar da data da contratação.

6. DA CONTRATADA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – FUNDATEC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 87.878.476/0001-08, estabelecida na Rua Prof. Cristiano Fischer, nº 2012. CEP: 91530-034– Porto Alegre/RS, com representante legal Sr. Carlos Henrique da Cunha Castro, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. ***.531.320.-**, residente e domiciliado no Bairro Cristal/ Santa Teresa, Porto Alegre/RS.



7. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total a ser pago pela execução do objeto desta dispensa de licitação é **R\$ 63.884,00** (Sessenta e três Mil oitocentos e Oitenta e Quatro Reais).

O referido pagamento será realizado da seguinte forma:

- a) Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação do edital de Abertura, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.
- b) Parcela de 45% em até 05 dias após a homologação das inscrições, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.
- c) Parcela de 35% em até 05 dias após a aplicação da Prova Teórico-objetiva, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.
- d) Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação da classificação final, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.
- e) Pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal referente aos serviços prestados, juntamente com a comprovação/relatório da execução.

8 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

- I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 01/07/2023.
- II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 09/04/2023.
- III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 03/03/2023.
- IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 03/03/2023.
- V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 01/07/2023.

9 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 09/04/2023.



10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto atividade: 2.093, 2.019; 2.009; 2.011; 2.006; 2.084; 2.094; 2.089; 2.013.

Modalidade de Aplicação: 3390.

Elemento: 12; 4; 64; 78(1.500); 86; 102; 32; 29; 37.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

O contrato deverá ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da ratificação deste procedimento pelo ordenador de despesa.

12. DA PUBLICAÇÃO

As publicações referentes a presente contratação deverão ser efetivadas no Diário Oficial dos Municípios e sitio oficial do município de Cordilheira Alta (www.pmcordi.sc.gov.br)

Cordilheira Alta, 15 de fevereiro de 2023.

ANDRESSA BREANCINI

Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

ANEXO A

DETALHAMENTO DO OBJETO

1. FINALIDADE

1.1 A finalidade do presente procedimento é a contratação de empresa especializada para planejamento e execução de Processo Seletivo, compreendendo todas as etapas, destinado a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, conforme tabela de cargos abaixo.

2. TABELA DE CARGOS:

Cargo	Vagas	Escolaridade	Carga horaria	Vencimento R\$	Cadastro de Reserva
Auxiliar de Serviços Gerais	5	Alfabetizado	40	40h: R\$ 1.866,36	CR
Medico Clinico Geral	1	Ensino superior completo em medicina, com registro no órgão fiscalizador da profissão	20 ou 40	40h: R\$ 20.974,34	CR
Fonoaudiólogo	-	Ensino Superior completo em Fonoaudiologia com registro no Órgão Fiscalizador da profissão	12 ou 20	20h: R\$ 4.058,32	CR
Enfermeiro	1	Ensino superior completo em enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão	40	40h: R\$ 5.194,45	CR
Técnico em Enfermagem	1	Ensino médio completo e curso técnico profissionalizante	40	40h: R\$ 3.191,39	CR
Agente de Endemias	1	Ensino Médio Completo	40	40h: R\$ 2.424,00	CR
Agente Comunitária de Saúde	1	Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; Ter concluído o ensino médio. * Residir na área da comunidade em que atuar;	40	40h: R\$ 2.424,00	CR



Odontólogo	1	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão fiscalizador.	20 ou 40	40h: R\$ 6.362,74	CR
Pediatra	-	Especialização específica ou residência médica completa na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.	12	R\$ 7.795,32	CR
Motorista	3	Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador de carteira nacional de habilitação profissional mínima exigida: categoria B. *	40	40h: R\$ 2.435,00	CR
Operador de Máquinas	2	Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador de carteira nacional de habilitação profissional.	40	40h: R\$ 2.786,73	CR
Professor (a) de Educação Infantil (habilitado)	5	Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Educação Infantil (não- habilitado)		Cursando Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano (habilitado)	5	Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor(a) de Educação Especial (Habilitado)	3	Curso Superior em Educação Especial ou Pedagogia com habilitação em Educação Especial; Pedagogia com Especialização em Educação Especial; ou Pedagogia com mínimo 200 horas de formação continuada em Educação Especial	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor(a) de Educação Especial (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Educação Especial a partir da 4ª fase, ou Cursando Pedagogia a partir da 4ª fase com especialização em Educação Especial com no mínimo 200 horas	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	



		de formação continuada em Educação Especial			
Professor (a) de Geografia (habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Geografia (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de História (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de História (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Educação Física (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Educação Física (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Língua Portuguesa (Habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Língua Portuguesa (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Ensino Religioso (Habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Ensino Religioso (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Ciências (Habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Ciências (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Matemática (Habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Matemática (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Assistente Social	-	Ensino Superior Completo em Assistência Social, com registro	20 ou 40	40h: R\$ 5.557,13	CR



		no Órgão Fiscalizador da Profissão			
Psicólogo	-	Ensino Superior completo em Psicologia, com registro no Órgão fiscalizador da profissão	20 ou 40	40h: R\$ 6.382,76	CR
Assistente Técnico Pedagógico	-	Ensino superior em curso de licenciatura de graduação plena	20 ou 40	40h: R\$ 3.701,64	CR

*Os valores de referência de vencimentos na tabela, são para a maior carga horaria de cada cargo. **Os valores da remuneração serão proporcionais as cargas horarias contratadas.**

*A contratação de carga horaria de 40 horas contará com auxilio alimentação no valor de R\$ 300,00, **para as demais cargas horarias o valor do auxílio alimentação será proporcional a carga horaria contratada.**

*Para o cargo de Motorista: a categoria mínima exigida é B, podendo de haver vagas com necessidade de categoria superior, sendo que no momento da chamada para escolha de vagas ou para assumir o cargo, estarão aptos os candidatos que possuírem a carteira de habilitação compatível à vaga que estiver sendo disponibilizada, respeitando a ordem classificatória.

*Para o cargo de Agente comunitário de saúde: no momento da chamada para escolha de vagas ou para assumir o cargo, estarão aptos os candidatos que residirem na microrregião correspondente à vaga, respeitando a ordem classificatória.

3. CONDIÇÕES GERAIS A SEREM OBSERVADAS PELA CONTRATADA

3.1 Realização do diagnóstico pela CONTRATADA em conjunto com representantes designados pelo Município de Cordilheira Alta, com o levantamento dos dados técnicos, da legislação pertinente, critérios de avaliação e das demais normas pertinentes ao certame;

3.2 Elaborar o Edital de Abertura que regerá todo o Processo Seletivo Público dentro das normas legais vigentes, indicado e validado pelo Município de Cordilheira Alta. O Edital de Abertura conterá todas as informações de interesse do candidato, tais como: cronograma de execução, descrição do(s) cargo(s), pré-requisito(s), regime de trabalho, salário(s)/vencimento(s), critérios de aplicação das provas, de aprovação, de classificação, bem como os programas bibliográficos, e outras informações do processo de seleção. Para garantir o sigilo das informações, enquanto o documento está em elaboração, os arquivos são encaminhados criptografados com senha. Os demais editais pertinentes ao processo de seleção, tais como: Homologação das Inscrições, Data, Hora e Locais das Provas, Classificação Final, entre outros, também são elaborados pela



Contratada, de acordo com os resultados obtidos durante a realização do certame e em consonância com os regramentos do Edital de Abertura. Todos os editais são repassados à CONTRATANTE para validação e posterior publicação no site;

3.3 O Edital de Abertura deverá ser divulgado no site da CONTRATADA, e o contratante poderá efetuar um redirecionamento para a página própria. Durante a execução do Processo Seletivo, os editais, avisos e listas serão disponibilizados no endereço eletrônico da CONTRATADA para consulta e acompanhamento dos candidatos;

3.4 A CONTRATADA deverá realizar ampla divulgação do Processo Seletivo, criação de peças gráficas e cards para divulgação em redes sociais, imprensa e outros meios de comunicação. Após o término do Processo Seletivo, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE como parte do relatório final, a performance, locais e indicadores de leitura das divulgações;

3.5 Disponibilizar canal de atendimento aos candidatos via 0800, contato por e-mail, atendimento por meio de aplicativo de mensagens e enviar informações sobre as etapas de andamento do processo no e-mail cadastrado pelos candidatos.

3.6 As inscrições deverão ser realizadas via internet, de acordo com os regulamentos do Edital de Abertura, através do banco de dados e sistema disponibilizados pela CONTRATADA, de forma escalonável, possibilitando o número de inscrições que se fizer necessário. A tecnologia deverá ser segura, com ferramenta Anti-Intrusão, com monitoramento de ambiente externo digital, fazendo-se a proteção dos dados dos candidatos, evitando tentativas de acesso indevidos. Os candidatos deverão poder acessar o link de Inscrição e seguir os passos para preenchimento do cadastro. Ao final, o candidato deverá poder emitir o boleto bancário ou guia de arrecadação para efetuar o pagamento. Deverá ser disponibilizada a consulta de confirmação do pagamento no site da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, no momento de abertura das inscrições do certame, link específico de acesso ao acompanhamento diário dos interessados no Processo Seletivo, permitindo que o CONTRATANTE acompanhe o número de inscrições realizadas, o número de pagantes entre outras informações pertinentes.

3.7 Se houver previsão de cotas para preenchimento de vagas, a ficha de inscrição deverá permitir que os candidatos realizem sua auto declaração a ser verificada conforme regramentos específicos do Edital de Abertura.

3.8 Se houver previsão de vagas para candidatos com deficiência, a CONTRATADA deverá realizar o recebimento, via Formulário Online, dos documentos comprobatórios e homologar a inscrição para concorrer às cotas. A avaliação da documentação comprobatória deverá ser feita no momento da chamada/nomeação, por uma Comissão para este fim.

3.9 Se houver previsão em lei para isenção da taxa de inscrição, a CONTRATADA deverá fazer análise dos documentos comprobatórios, conforme estabelecido em



editais, encaminhando ao CONTRATANTE para validação, a qual será posteriormente divulgado no Edital de Homologação das Inscrições.

3.10 A elaboração das provas deverá ser feita por profissional da área, com a devida formação concluída, firmando com estes profissionais termos de compromisso de responsabilidade em sigilo e ética. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE a documentação dos profissionais que elaboraram as provas, bem como a documentação de sua formação profissional. Todas as questões das provas deverão ser inéditas. As provas deverão ser elaboradas conforme atribuições e os pré-requisitos de cada cargo.

3.11 As provas teórico-objetivas, de caráter classificatórias, conforme critérios estabelecidos em edital, deverão conter no mínimo 40 (quarenta) questões, com conteúdo que atenda às atribuições dos cargos.

3.12 Os gabaritos das provas teórico-objetivas devem ser divulgados até 24 horas após a aplicação da prova, no endereço eletrônico da CONTRATADA.

3.13 Os candidatos aprovados na Prova Teórico-objetiva, de todos os cargos de **Professores**, terão seus títulos avaliados de acordo com as exigências do Edital de Abertura. Deve ser considerada a **avaliação de até 04 (quatro) documentos**, dentre eles, podem estar: Cursos de pós-graduação, participação em eventos e cursos de aperfeiçoamento profissional. As definições de quais documentos, quantidade e suas pontuações serão alinhadas, durante a elaboração do Edital, pela Equipe da CONTRATADA e representantes do CONTRATANTE com o propósito de deixar a avaliação adequada às necessidades. O recebimento de títulos será realizado através de formulário online, a qual o candidato irá acessar o sistema com seus dados cadastrais, preencher o formulário específico para este fim e fazer o upload dos arquivos scaneados, a qual serão avaliados por bancas. Ao final do certame, o CONTRATANTE deverá receber da CONTRATADA uma cópia digital de todos os títulos encaminhados para a prova de títulos. Os documentos originais ou cópia autenticada dos documentos enviados para a prova de títulos deverão ser apresentados para conferência no momento da nomeação para o cargo, na forma da Lei Federal 13.726/2018;

3.14 Deverá ser observada a possibilidade de inscrição dos candidatos para mais de um cargo, quando houver a possibilidade para a aplicação das provas, onde o candidato deverá efetuar duas inscrições;

3.15 A prova prática para o cargo de Operador deverá avaliar nos candidatos, o conhecimento das atribuições para o referido cargo. O veículo/máquina será disponibilizado pelo CONTRATANTE e divulgado (**marca e modelo**) no Edital de Abertura;

3.16 As provas deverão ser impressas, armazenadas e transportadas com rígido controle de segurança, em embalagens seguras e lacradas, acondicionadas em malotes com numeração e controle de lacres, sob total responsabilidade da CONTRATADA até o momento da disponibilização/aplicação aos candidatos;

3.17 A divulgação dos dias, horários e locais das provas deverá ser informado pela CONTRATADA e CONTRATANTE, através de suas divulgações. A



CONTRATADA também deverá enviar ao candidato, e-mail de confirmação da inscrição e informações referente ao local, data e horário da realização das provas práticas e teóricas;

3.18 As provas deverão ser aplicadas em data a ser definida através do Edital. Os fiscais, coordenadores e demais profissionais que irão trabalhar na aplicação da prova deverão estar devidamente e previamente treinados;

3.19 A CONTRATADA deverá garantir segurança na correção das provas;

3.20 A CONTRATADA deverá analisar e avaliar os recursos das provas, se houver solicitação por parte dos candidatos, garantindo impessoalidade no processo de seleção. Deverá também divulgar as justificativas para manutenção ou alteração dos resultados preliminares;

3.21 Ao término do processo seletivo, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE cópias digitalizadas dos documentos de toda a execução, e documentos pertinentes do certame, para guarda na Instituição e futuras consultas, se necessário;

3.22 A CONTRATADA deverá zelar pelo nome da CONTRATANTE no âmbito de todas as atividades realizadas;

3.23 A CONTRATADA deverá tratar como confidencial toda e qualquer informação e material do processo;

3.24 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do processo;

3.25 Será por conta da CONTRATADA, a contratação e pagamento de todas as pessoas envolvidas no trabalho do processo seletivo, tais como fiscais, serventes, porteiros, coordenadores, profissionais para elaboração das provas e outros que se fizerem necessário;

3.26 Será por conta da CONTRATADA, a contratação imprescindível de pessoal o suficiente para o dia da aplicação da prova, bem como será de responsabilidade da CONTRATADA a capacitação deste pessoal para executar os serviços e aplicação das provas de acordo com as normas vigentes e do edital.

3.27 Serão por conta da CONTRATADA, todas as despesas referentes aos tributos, despesas com deslocamento, estadias e alimentação da toda sua equipe que se fizerem necessárias na prestação dos serviços.

3.28 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.29 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO



- 4.1 Nomear, através de ato da autoridade competente, a Comissão do Processo Seletivo.
- 4.2 Fornecer todas as informações necessárias à elaboração do Processo Seletivo, tais como legislações, normas, número de vagas, descrições dos cargos, remunerações, requisitos para provimento, entre outras;
- 4.3 Facilitar os contatos da contratada com autoridades e instituições locais com vistas à perfeita organização do certame;
- 4.4 Enviar, com antecedência necessária, os dados bancários para registro no sistema de geração de boletos e diariamente, após início das inscrições, arquivo retorno bancário, caso o valor das inscrições seja depositado em conta bancária do Município;
- 4.5 Disponibilizar Posto de Atendimento, para os candidatos que não tiverem acesso à internet e equipamentos de informática necessários;
- 4.6 Publicar, na imprensa oficial, os atos que, por determinação legal, devam ser divulgados;
- 4.7 Divulgar os atos do processo, conforme orientação legal, garantindo o amplo conhecimento público dos certames, através do *site* do Município, jornais de circulação no Município e pelos meios de comunicação que julgar conveniente, de modo a garantir o amplo conhecimento público do certame;
- 4.8 Providenciar os locais para a realização das provas;
- 4.9 Fornecer no dia da aplicação das provas apoio de serviço médico para os locais de realização;
- 4.10 Homologar o resultado final do Processo Seletivo.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. A contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual, para abrir o período de inscrições do Processo Seletivo, observados os tramites preliminares que se fizerem necessários.
- 5.2. O cronograma das etapas do Processo Seletivo será definido em conjunto com a contratada, quando da elaboração do Edital de abertura das inscrições.
- 5.3. A contratada, ao final do Processo Seletivo, deverá devolver ao município os seguintes materiais: folhas ópticas, atas de presença, atas de ocorrência, originais dos recursos.
- 5.4. A contratada deverá disponibilizar mecanismo que permita aos candidatos anotarem as respostas dadas às questões da prova objetiva.
- 5.5. Valores de efetivação da inscrição:
Cargos de nível superior: R\$ 120,00
Cargos de nível médio: R\$ 100,00
Cargos de nível fundamental/alfabetizado: R\$ 80,00
- 5.6. As provas objetivas, para todos os cargos, deverão conter no mínimo 40 questões de conhecimentos divididas em várias áreas de conhecimentos.
- 5.7 A prova de títulos, para os cargos de professor, deverá levar em consideração a titulação referente a especializações, mestrados e doutorados.

5.8 A prova prática, para o cargo de operador de máquinas, ocorrerá no pátio no mesmo local da aplicação da prova teórica, com a máquina que será disponibilizada pelo Município.

Cordilheira Alta, 15 de fevereiro de 2023.

ANDRESSA BREANCINI

Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

ANEXO “B”

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O objeto do presente procedimento é a contratação de empresa especializada para planejamento e execução de processo seletivo, compreendendo todas as etapas, destinado a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, conforme tabela abaixo:

Cargo	Vagas	Escolaridade	Carga horaria	Vencimento R\$	Cadastro de Reserva
Auxiliar de Serviços Gerais	5	Alfabetizado	40	40h: R\$ 1.866,36	CR
Medico Clinico Geral	1	Ensino superior completo em medicina, com registro no órgão fiscalizador da profissão	20 ou 40	40h: R\$ 20.974,34	CR
Fonoaudiólogo	-	Ensino Superior completo em Fonoaudiologia com registro no Órgão Fiscalizador da profissão	12 ou 20	20h: R\$ 4.058,32	CR
Enfermeiro	1	Ensino superior completo em enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão	40	40h: R\$ 5.194,45	CR
Técnico em Enfermagem	1	Ensino médio completo e curso técnico profissionalizante	40	40h: R\$ 3.191,39	CR
Agente de Endemias	1	Ensino Médio Completo	40	40h: R\$ 2.424,00	CR
Agente Comunitária de Saúde	1	* Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; *Ter concluído o ensino médio.	40	40h: R\$ 2.424,00	CR
Odontólogo	1	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão fiscalizador.	20 ou 40	40h: R\$ 6.362,74	CR



Pediatra	-	Especialização específica ou residência médica completa na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.	12	R\$ 7.795,32	CR
Motorista	3	Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador de carteira nacional de habilitação profissional mínima exigida: categoria B *	40	40h: R\$ 2.435,00	CR
Operador de Máquinas	2	Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador de carteira nacional de habilitação profissional.	40	40h: R\$ 2.786,73	CR
Professor (a) de Educação Infantil (habilitado)	5	Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Educação Infantil (não- habilitado)		Cursando Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano (habilitado)	5	Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura em Pedagogia na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor(a) de Educação Especial (Habilitado)	3	Curso Superior em Educação Especial ou Pedagogia com habilitação em Educação Especial; Pedagogia com Especialização em Educação Especial; ou Pedagogia com mínimo 200 horas de formação continuada em Educação Especial	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor(a) de Educação Especial (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Educação Especial a partir da 4ª fase, ou Cursando Pedagogia a partir da 4ª fase com especialização em Educação Especial com no mínimo 200 horas de formação continuada em Educação Especial	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Geografia (habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR



Professor (a) de Geografia (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de História (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de História (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor (a) de Educação Física (habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor (a) de Educação Física (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Língua Portuguesa (Habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Língua Portuguesa (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Ensino Religioso (Habilitado)	1	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Ensino Religioso (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Ciências (Habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Ciências (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Professor de Matemática (Habilitado)	-	Curso Superior em Licenciatura na área de atuação	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.845,64	CR
Professor de Matemática (não- habilitado)		Cursando Ensino Superior em Licenciatura na área de atuação a partir da 4ª fase	10, 20, 30 ou 40	40h: R\$ 3.076,51	
Assistente Social	-	Ensino Superior Completo em Assistência Social, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	20 ou 40	40h: R\$ 5.557,13	CR
Psicólogo	-	Ensino Superior completo em Psicologia, com registro no Órgão fiscalizador da	20 ou 40	40h: R\$ 6.382,76	CR



			profissão.			
Assistente Técnico Pedagógico	-		Ensino superior em curso de licenciatura de graduação plena	20 ou 40	40h: R\$ 3.701,64	CR

*Os valores de referência de vencimentos na tabela, são para a maior carga horaria de cada cargo. **Os valores da remuneração serão proporcionais as cargas horarias contratadas.**

*A contratação de carga horaria de 40 horas contará com auxílio alimentação no valor de R\$ 300,00, **para as demais cargas horarias o valor do auxílio alimentação será proporcional a carga horaria contratada.**

*Para o cargo de Motorista: a categoria mínima exigida é B, podendo de haver vagas com necessidade de categoria superior, sendo que no momento da chamada para escolha de vagas ou para assumir o cargo, estarão aptos os candidatos que possuírem a carteira de habilitação compatível à vaga que estiver sendo disponibilizada, respeitando a ordem classificatória.

*Para o cargo de Agente comunitário de saúde: no momento da chamada para escolha de vagas ou para assumir o cargo, estarão aptos os candidatos que residirem na microrregião correspondente à vaga, respeitando a ordem classificatória.

2. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1 A contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para execução do objeto, contado da assinatura do contrato.

3. DO RECEBIMENTO

O objeto somente será considerado devidamente realizado se aceito pelas Secretarias Solicitantes, e se estiver de acordo com o solicitado. Além disso, será nomeada Comissão Especial para acompanhamento e fiscalização.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O referido pagamento será realizado da seguinte forma:

- Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação do edital de Abertura, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA.**
- Parcela de 45% em até 05 dias após a homologação das inscrições, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA.**
- Parcela de 35% em até 05 dias após a aplicação da Prova Teórico-objetiva, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA.**



d) Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação da classificação final, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.

e) Pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal referente aos serviços prestados, juntamente com a comprovação/relatório da execução.

5. DA GARANTIA

5.1. Não haverá prestação de garantia.

6. DA AMOSTRA

6.1. Não há necessidade da apresentação de amostras

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

7.1. Ao Município é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, diretamente ou pela Comissão designada.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM OBSERVADAS PELA CONTRATADA

8.1 Realizações do diagnóstico pela CONTRATADA em conjunto com representantes designados pelo Município de Cordilheira Alta, com o levantamento dos dados técnicos, da legislação pertinente, critérios de avaliação e das demais normas pertinentes ao certame;

8.2 Elaborar o Edital de Abertura que regerá todo o Processo Seletivo Público dentro das normas legais vigentes, indicado e validado pelo Município de Cordilheira Alta. O Edital de Abertura conterá todas as informações de interesse do candidato, tais como: cronograma de execução, descrição do(s) cargo(s), pré-requisito(s), regime de trabalho, salário(s)/vencimento(s), critérios de aplicação das provas, de aprovação, de classificação, bem como os programas bibliográficos, e outras informações do processo de seleção. Para garantir o sigilo das informações, enquanto o documento está em elaboração, os arquivos são encaminhados criptografados com senha. Os demais editais pertinentes ao processo de seleção, tais como: Homologação das Inscrições, Data, Hora e Locais das Provas, Classificação Final, entre outros, também são elaborados pela Contratada, de acordo com os resultados obtidos durante a realização do certame e em consonância com os regramentos do Edital de Abertura. Todos os editais são repassados à CONTRATANTE para validação e posterior publicação no site;

8.3 O Edital de Abertura deverá ser divulgado no site da CONTRATADA, e o contratante poderá efetuar um redirecionamento para a página própria. Durante a execução do Processo Seletivo, os editais, avisos e listas serão disponibilizados no endereço eletrônico da CONTRATADA para consulta e acompanhamento dos candidatos;

8.4 A CONTRATADA deverá realizar ampla divulgação do Processo Seletivo, criação de peças gráficas e cards para divulgação em redes sociais, imprensa e outros meios de comunicação. Após o término do Processo Seletivo, a



CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE como parte do relatório final, a performance, locais e indicadores de leitura das divulgações;

8.5 Disponibilizar canal de atendimento aos candidatos via 0800, contato por e-mail, atendimento por meio de aplicativo de mensagens e enviar informações sobre as etapas de andamento do processo no e-mail cadastrado pelos candidatos.

8.6 As inscrições deverão ser realizadas via internet, de acordo com os regulamentos do Edital de Abertura, através do banco de dados e sistema disponibilizados pela CONTRATADA, de forma escalonável, possibilitando o número de inscrições que se fizer necessário. A tecnologia deverá ser segura, com ferramenta Anti-Intrusão, com monitoramento de ambiente externo digital, fazendo-se a proteção dos dados dos candidatos, evitando tentativas de acesso indevidas. Os candidatos deverão poder acessar o link de Inscrição e seguir os passos para preenchimento do cadastro. Ao final, o candidato deverá poder emitir o boleto bancário ou guia de arrecadação para efetuar o pagamento. Deverá ser disponibilizada a consulta de confirmação do pagamento no site da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, no momento de abertura das inscrições do certame, link específico de acesso ao acompanhamento diário dos interessados no Processo Seletivo, permitindo que o CONTRATANTE acompanhe o número de inscrições realizadas, o número de pagantes entre outras informações pertinentes.

8.7 Se houver previsão de cotas para preenchimento de vagas, a ficha de inscrição deverá permitir que os candidatos realizem sua auto declaração a ser verificada conforme regramentos específicos do Edital de Abertura.

8.8 Se houver previsão de vagas para candidatos com deficiência, a CONTRATADA deverá realizar o recebimento, via Formulário Online, dos documentos comprobatórios e homologar a inscrição para concorrer às cotas. A avaliação da documentação comprobatória deverá ser feita no momento da chamada/nomeação, por uma Comissão para este fim.

8.9 Se houver previsão em lei para isenção da taxa de inscrição, a CONTRATADA deverá fazer análise dos documentos comprobatórios, conforme estabelecido em edital, encaminhando ao CONTRATANTE para validação, a qual será posteriormente divulgado no Edital de Homologação das Inscrições.

8.10 A elaboração das provas deverá ser feita por profissional da área, com a devida formação concluída, firmando com estes profissionais termos de compromisso de responsabilidade em sigilo e ética. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE a documentação dos profissionais que elaboraram as provas, bem como a documentação de sua formação profissional. Todas as questões das provas deverão ser inéditas. As provas deverão ser elaboradas conforme atribuições e os pré-requisitos de cada cargo.

8.11 As provas teórico-objetivas, de caráter classificatório, conforme critérios estabelecidos em edital deverão conter no mínimo 40 (quarenta) questões, com conteúdo que atenda às atribuições dos cargos.

8.12 Os gabaritos das provas teórico-objetivas devem ser divulgados até 24 horas após a aplicação da prova, no endereço eletrônico da CONTRATADA.

8.13 Os candidatos aprovados na Prova Teórico-objetiva, de todos os cargos de Professores, terão seus títulos avaliados de acordo com as exigências do Edital de



Abertura. Deve ser considerada a avaliação de até 04 (quatro) documentos, dentre eles, podem estar: Cursos de pós-graduação, participação em eventos e cursos de aperfeiçoamento profissional. As definições de quais documentos, quantidade e suas pontuações serão alinhadas, durante a elaboração do Edital, pela Equipe da CONTRATADA e representantes da CONTRATANTE com o propósito de deixar a avaliação adequada às necessidades. O recebimento de títulos será realizado através de formulário online, a qual o candidato irá acessar o sistema com seus dados cadastrais, preencher o formulário específico para este fim e fazer o upload dos arquivos scaneados, a qual serão avaliados por bancas. Ao final do certame, o CONTRATANTE deverá receber da CONTRATADA uma cópia digital de todos os títulos encaminhados para a prova de títulos. Os documentos originais ou cópia autenticada dos documentos enviados para a prova de títulos deverão ser apresentados para conferência no momento da nomeação para o cargo, na forma da Lei Federal 13.726/2018;

8.14 Deverá ser observada a possibilidade de inscrição dos candidatos para mais de um cargo, quando houver a possibilidade para a aplicação das provas, onde o candidato deverá efetuar duas inscrições;

8.15 A prova prática para o cargo de Operador deverá avaliar nos candidatos, o conhecimento das atribuições para o referido cargo. O veículo/máquina será disponibilizado pelo CONTRATANTE e divulgado (marca e modelo) no Edital de Abertura;

8.16 As provas deverão ser impressas, armazenadas e transportadas com rígido controle de segurança, em embalagens seguras e lacradas, acondicionadas em malotes com numeração e controle de lacres, sob total responsabilidade da CONTRATADA até o momento da disponibilização/aplicação aos candidatos;

8.17 A divulgação dos dias, horários e locais das provas deverá ser informado pela CONTRATADA e CONTRATANTE, através de suas divulgações. A CONTRATADA também deverá enviar ao candidato, e-mail de confirmação da inscrição e informações referente ao local, data e horário da realização das provas práticas e teóricas;

8.18 As provas deverão ser aplicadas em data a ser definida através do Edital. Os fiscais, coordenadores e demais profissionais que irão trabalhar na aplicação da prova deverão estar devidamente e previamente treinados;

8.19 A CONTRATADA deverá garantir segurança na correção das provas;

38.20 A CONTRATADA deverá analisar e avaliar os recursos das provas se houver solicitação por parte dos candidatos, garantindo impessoalidade no processo de seleção. Deverá também divulgar as justificativas para manutenção ou alteração dos resultados preliminares;

8.21 Ao término do processo seletivo, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE cópias digitalizadas dos documentos de toda a execução, e documentos pertinentes do certame, para guarda na Instituição e futuras consultas, se necessário;

8.22 A CONTRATADA deverá zelar pelo nome da CONTRATANTE no âmbito de todas as atividades realizadas;

8.23 A CONTRATADA deverá tratar como confidencial toda e qualquer informação e material do processo;



8.24 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do processo;

3.25 Serão por conta da CONTRATADA, a contratação e pagamento de todas as pessoas envolvidas no trabalho do processo seletivo, tais como fiscais, serventes, porteiros, coordenadores, profissionais para elaboração das provas e outros que se fizerem necessário;

3.26 Será por conta da CONTRATADA, a contratação imprescindível de pessoal o suficiente para o dia da aplicação da prova, bem como será de responsabilidade da CONTRATADA a capacitação deste pessoal para executar os serviços e aplicação das provas de acordo com as normas vigentes e do edital.

3.27 Serão por conta da CONTRATADA, todas as despesas referentes aos tributos, despesas com deslocamento, estadias e alimentação da toda sua equipe que se fizerem necessárias na prestação dos serviços.

8.28. Disposições relativas às inscrições:

8.28.1. O Município abrirá conta corrente específica para pagamento do valor de inscrição.

8.29. O valor da inscrição será:

Especificações	Valor da Inscrição
Ensino Superior	R\$ 120,00
Ensino Médio	R\$ 100,00
Fundamental/Alfabetização	R\$ 80,00

8.30. Estimativa de inscritos: 400 pessoas.

8.31. A contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual, para abrir o período de inscrições do processo seletivo, observados os tramites preliminares que se fizerem necessário.

Cordilheira Alta, 15 de fevereiro de 2023.

ANA ELISA TAUCHERT
Secretária Municipal de Educação

SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANDERSON
Secretário de Infraestrutura



RUDIMAR MARAFON
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ALEXANDRE BERGAMIN
Secretário Municipal de Agricultura

